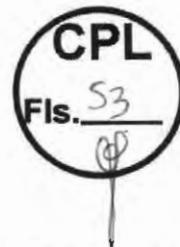




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	ITEM	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	QUEPE COM ESTOLA (mor de comando): Modelo Jaú, estrutura em PVC rígido espessura de 2 mm recoberto com napa ou veludo, aba em PVC recoberta com verniz alto brilho acabamento com perfis dourados, brasão bordado. Carneira com regulagem. Marca de referencia: SAN DONÁ, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	100	74,98	7.498,00
2	BOTA PORTA BANDEIRA E ESTANDARTE: Feminina, salto 2,5cm, cano longo em couro sintético, com zíper na lateral. Cor a definir. TAMANHOS – 34 À 40. Marca de referencia: MDS, equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	40	117,36	4.694,40
3	BOTINHA JAZZ PARA BALIZAS E CORPO COREOGRAFO: botinha em couro natural pelica, altamente flexível, solado "ovinho". TAMANHOS – 34 À 40. Marca de referencia: EVIDENCE, equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	40	172,78	6.911,20
4	SAPATO CORPO MUSICAL: Couro sintético bicolor. Cor a definir. TAMANHOS – 34 À 44. Marca de referencia: EVIDENCE, equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	98	21,73	2.129,54
5	BARRETINA: Barretina com estrutura em PVC rígido em Oxford, napa ou veludo, aba em verniz, carneira com regulagem de altura. COM REGULAGEM PARA QUALQUER TAMANHO. Marca de referencia: BADULAKE, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	60	65,20	3.912,00
6	MASSAS GRD modelo estudos em PVC com medidas padrão oficial de ginástica rítmica desportiva, cores diversas. Marca de referencia: Marca de referencia: BADULAKE, equivalente ou de melhor qualidade., equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	20	84,76	1.695,20
7	LUVA: Par de luva em suplex com dedos recortados tamanho único. TAMANHOS – P, M, G. Marca de referencia: Minkissy, equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	200	60,85	12.170,00
8	BASTÃO PARA MÔR: Em alumínio, ponteira decorada com lança e bolinha de borracha na outra extremidade. Marca de referencia: BADULAKE, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	20	130,40	2.608,00
9	ESTILETE COM FIBRA: Em fibra oficial adulto com 55cm de comprimento, girador simples ou bi-articulado. Acompanha fita de 1 mt de comprimento. Marca de referencia: Tuimader, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	27	16,30	440,10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

10	ESTANDARTE tipo flamula em veludocores varidas forrado com espuma, adornado, franja metalizada, galões e passamanarias, bordado brasão Municipal e dizeres (conforme solicitação SME) em maquina industrial, com mastro para apoio. Medidas aproximadas de 1.10x1.30 m. Marca de referencia: TORCIDA BRASILEIRA, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	217,33	8.693,20
11	ESTANDARTE: Com estrutura de MDF, medindo aproximadamente 92cm de altura por 1,20m de largura, em duas camadas, estofado em relevo, bordado e arrematado por galão metalizado. Marca de referencia: TORCIDA BRASILEIRA, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	163,00	6.520,00
12	SAPATO: EM COURO SINTETICO, MODELO MOCASSIM, COM TAMANHOS VARIÁVEIS DE 36 A 42. Marca de referencia: Iden Shoes, equivalente ou de melhor qualidade.	PAR	100	99,97	9.997,00
13	QUEPE MASCULINO – Confeccionado em PVC rígido, revestida com veludo ou napa nas cores verde, preta ou branca, seu diâmetro maior friso, corpo do quepe em crina para armação da cabeça com viseira em verniz em alto-brilho. Acabamento interno acolchoado em espuma de boa densidade, na frente do quepe usar brasão conforme a solicitação e modelo concedido por esta administração. Marca de referencia: TORCIDA BRASILEIRA, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	100	85,85	8.585,00
14	FLÂMULAS PARA BUMBOS – EMBORRACHADO, ACETADO, VELUDO, GALÃO DOURADO LARGO, GALÃO DOURADO ESTREITO, COLA QUENTE, COLA DE CONTATO. Marca de referencia: JC Bandeiras, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	50	106,49	5.324,50
15	BOINAS – Marca de referencia: SHEIN, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	100	43,47	4.347,00
16	TECIDO OXFORD , Composição: 100% poliéster, largura 3 metros, gramatura 420g/linear, cores variadas. Marca de referencia: Eurotextil, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	856	10,87	9.304,72
17	FELTRO LISO 1 metro comprimento por x 1,40 de largura do feltro Espessura: 1,80 mm. Material de alta qualidade gramatura superior de mercado 180 gramas, para uso em Arte/Artesanato/Cenografia/Decoração, Altura: 0.01 cm, peso: 350 g. Podendo ser 05 alaranjado, 05 verde folha, 05 verde escuro, 05 azul claro, 05 rosa claro, 05 pink, 05 azul marinho, 05 amarelo, 05 preto, 05 branco, 05 vermelho, 02 marrom, 02 preto, 02 roxo, 02 lilás, 02 bordô e 02 pink. Marca de referencia: Ober, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	13,04	1.304,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



18	BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA DE JOÃO LISBOA - MA – Brasão em veludo com 33% de poliéster, 33% de acrílico, 22% de acetado e 12% de matelassê ouro. Aplicação de tecido brocado em alto relevo com espuma entretela colante grossa, acrílico, bordado no bastidor com paetês, lantejoulas de número; 6,8,10,12, 200 gramas de miçangas, 130 pedrarias de vidros, franjam de canutilhos e miçangas, letras bordada em ponto cheio. As letras da banda bordado conforme especificações exigidas no modelo, uma plumagem de buar Francês nas cores amarela, azul, dourada e branco, detalhes de acabamento com pedras de vidros.com altura com os suportes de alumínio cromado nas laterais com acabamento em lanças de acrílico na parte inferior suporte em borracha reforçada. A parte da estrutura em madeira de 10 mm revestida de espuma ortopédica em todo o espaço da parte frontal do brasão será aplicado pedras bóreas de cristais de cor furta cor. Marca de referencia: Girola Artes Em MDF, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	412,93	16.517,20
19	TALABARTES cores variadas – Talabartes em tecido duralon 100% poliéster com duas cores azul e branco, na parte interna, utilizar uma faixa de acetado com trena de in entretela em naylon de 12cm por 1.60 mt/cm. Com o suporte de bandeira. em alumínio reforçado com copo em 100 mm, parafusado na parte inferior na altura do quadril, com reforço de madeira. Marca de referencia: Liverpool, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	100	140,09	14.009,00
20	BASTÕES DE BALIZA CROMADO , de 80 cm com bolas de borracha – Bastões de balizas com 90cm por 19 mm em alumínio cromado na cor dourado, nas extremidades, possuir bolas de borracha de cor azul (sendo que a pintura será de auto azul escuro com aplicações de verniz acrílica.Marca de referencia: Orient, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	20	182,56	3.651,20
21	MASTRO - para porta bandeira em ACRÍLICO, Arredondado.: , comprimento: 1,20 m (um metro e vinte), e 5 (quatro) cm de largura, ponteira redonda. Marca de referencia: Spitterl, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	217,33	8.693,20
22	BANDEIRA OFICIAL DE JOÃO LISBOA – medindo 1.28 x 1,60M, confeccionada em tecido duralon 100% poliéster. Marca de referencia: JC BANDEIRAS, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	130,40	5.216,00
23	BANDEIRA OFICIAL DO MARANHÃO – 1.28 x 1,60M, confeccionada em tecido duralon 100% poliéster.Marca de referencia: JC BANDEIRAS, equivalente ou de melhor	UNID	40	130,40	5.216,00



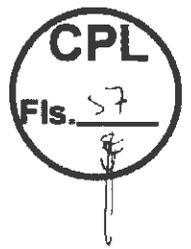
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



	qualidade.				
24	BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL medindo 1.28 x 1,60M, confeccionada em tecido duralon 100% poliéster. Marca de referencia: JC BANDEIRAS, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	40	130,40	5.216,00
25	BOTÃO DOURADO PEQUENO Especificações: Plástico Redondo. Marca de referencia: Annas, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	2000	3,26	6.520,00
26	BOTÃO DOURADO grande. Especificações: Plástico Redondo. Marca de referencia: Annas, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	150	5,43	814,50
27	FRANJA - Franja de seda, cores diversas, com 5 MT de comprimento X 10 mm de largura. Marca de referencia: GIRINO ESTOFADOS, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	65,20	6.520,00
28	FRANJA -Franja de seda, cores diversas com 5 MT de comprimento, 20 mm Largura. Marca de referencia: GIRINO ESTOFADOS, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	86,93	8.693,00
29	VELUDO , Tecido de Veludo composição: 50% algodão 50% poliamida de 1,40 mt de largura acabamento: normal, Cor verde. Marca de referencia: Dohler, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	38,03	3.803,00
30	VELUDO , Tecido de Veludo composição: 50% algodão 50% poliamida de 1,40 mt de largura acabamento: normal, Cor vermelho. Marca de referencia: Dohler, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	38,03	3.803,00
31	VELUDO , Tecido de Veludo composição: 50% algodão 50% poliamida de 1,40 mt de largura acabamento: normal, Cor azul. Marca de referencia: Dohler, equivalente ou de melhor qualidade.	MT	100	38,03	3.803,00
32	ZIPER FINO 100% POLIESTER 15CM - COR BRANCA. Marca de referencia: Consermaq, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	250	7,30	1.825,00
33	ZIPER FINO 100% POLIESTER 18CM - COR BRANCA. Marca de referencia: Consermaq, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	250	7,27	1.817,50
34	ZIPER FINO 100% POLIESTER 35 CM - COR BRANCA. Marca de referencia: Consermaq, equivalente ou de melhor qualidade.	UNID	50	11,95	597,50
35	TORÇAL em nylon poliamida com alma de fios de poliéster, preto, trançado com uma ponta para roupa. Marca de referencia: Coats, equivalente ou de melhor qualidade. possui mosquetão cromado na ponta para a fixação.	MT	200	4,36	872,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



36	VIÉS, cores variadas. Rolo com 20 mt. Marca de referencia: CORDONTEXTIL, possui mosquetão cromado na ponta para a fixação.	ROLO	30	32,60	978,00
TOTAL					194.698,96

As interessadas em contratar com a Administração Pública Municipal deverão observar as seguintes exigências:

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 - As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal
- h) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **emitida a menos de 60 dias da data fixada para abertura da Licitação;**
- i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- i.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

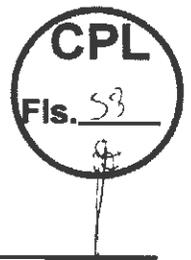
$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- i.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- i.3.) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- i.4) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- i.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- i.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
 - publicados em Diário Oficial; ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.3) sociedade criada no exercício em curso:**
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.**
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- l) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.**
- m) Declaração, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.**
- n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

2. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1 - Os preços apresentados devem:

- a) Refletir os de mercado no momento, observado o prazo de prestação do serviço/entrega do produto;
- b) Compreender todas as despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- c) Serem irrevogáveis durante a vigência do contrato, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei;

2.2 – A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;

2.2.1 - O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

2.3 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma;

2.4 – Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



2.5 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.

3 - DAS PENALIDADES

3.1 - No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2 - O atraso na execução do objeto implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

3.3 - Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

3.4 - O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

3.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

3.6 - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

3.7 - O participante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Executar o objeto somente após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2 – Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 12 (doze) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrentes de culpa da empresa fornecedora ou fabricante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



4.3 - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.

4.4 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

4.5 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação a execução do objeto;

4.6 - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação descritas no Edital;

4.7 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto;

4.8- Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias a execução do objeto contratado, pagando os emolumentos prescritos em lei.

4.9 - Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhes sejam impostas pelas autoridades.

4.10 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

4.11 - Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a custos de mão de obra, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

4.12 - A CONTRATADA não será responsável:

4.12.1 - Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Edital.

4.13 – A Prefeitura Municipal de João Lisboa – MA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:

5.1.1 – Verificar se o objeto foi executado com observação às disposições pertinentes no Termo de Referência, implicando em caso negativo no cancelamento do pagamento do objeto executado;

5.1.2 - Rejeitar o objeto cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



5.1.3 – Designar servidores municipais para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto do contrato;

5.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a administração.

5.3 - Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

5.4 – Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução do objeto;

5.5 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;

5.6 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

6 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

6.1. Requer-se seja o procedimento licitatório realizado pelo Sistema de Registro de Preços haja vista a possibilidade de seu objeto atender a mais de um órgão da administração, tanto quanto por não ser possível a previsão exata dos quantitativos a serem utilizados, observando-se o disposto no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 054/2017 e Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 003/2011.

6.2. O objeto especificado neste Termo de Referência se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº 003/2011, que regulamenta a modalidade do Pregão, por possuir características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Presencial com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

7 – DA MODALIDADE LICITATÓRIA

7.1. Considerando que o objeto cuja contratação é pretendida será custeado por recursos próprios, justifica-se a possibilidade de realização de pregão em sua modalidade presencial.

Urge observar ainda que a modalidade presencial permite uma maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade.

Por outro lado, tem-se observado através de acompanhamento dos pregões eletrônicos - modalidade utilizada em quase a totalidade dos certames realizados pelo município - que embora tenha sido concebido para agilizar os procedimentos, não raro se revela excessiva a demora em suas conclusões, dado o grande volume de itens e, principalmente, de empresas que declinam de suas propostas, seja por equívoco no momento de registro dos lances no sistema eletrônico, seja por má-fé, no intuito de sagrar-se vencedora sem o cuidado, responsabilidade e a lisura de averiguar a exequibilidade de sua proposta, o que jamais ocorreu no município quando realizados certames na forma presencial.

A opção por pregão presencial se dá ainda pelo baixíssimo volume de procedimentos licitatórios realizados nesta modalidade até a presente data.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial justifica-se posto que é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame. Isso porque trata-se de despesas suportadas por recurso próprio e, não havendo qualquer legislação federal ou mesmo municipal que obrigue o município a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS



adotar a modalidade eletrônica, encontra-se nos limites do poder discricionário da administração a opção, desde que, como é o caso, seja justificado em observância ao princípio da motivação. Resta, portanto, justificada a opção pela realização de Pregão Presencial.

João Lisboa (MA), 15 de Julho de 2022

JOAQUIM GUILHERME OLIVEIRA SOUSA
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

Portaria nº 278/2021

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

DAVISON SORMANI ALMEIDA ALVES
Secretário Municipal de Educação